

CONHECIMENTO DOS PROFESSORES DO ENSINO BÁSICO E SUPERIOR ACERCA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

KNOWLEDGE OF TEACHERS OF BASIC AND HIGHER EDUCATION ABOUT PEOPLE WITH DISABILITIES

Francisca Camila Nogueira Silva ¹, Monaliza Ribeiro Mariano²

RESUMO: O objetivo desse estudo foi descrever o conhecimento dos professores do ensino básico e superior sobre o tema Pessoas com Deficiência. Estudo exploratório, descritivo com abordagem quantitativa, envolvendo 53 professores do município de Acarapé e Redenção, do ensino básico e superior, nos meses de outubro e novembro de 2017. Foi aplicado questionário semiestruturado envolvendo a temática Pessoa com Deficiência e, em seguida, os dados foram analisados e organizados em tabelas. Participaram da pesquisa 53 professores, destes 38 (71,6%) do sexo feminino, 28 (52,8%) com faixa etária entre 31 e 40 anos, 36 (67,9%) com pós-graduação, 45 (85%) com tempo de ensino entre 1 e 20 anos. A maioria dos professores da instituição de ensino superior (78,5 %) relataram que nunca tiveram nenhum aluno com deficiência o que difere do ensino básico. A existência de acessibilidade no ambiente de trabalho, foi percebida pela maioria dos professores e todos acertaram sobre como deve ser o ambiente escolar para a pessoa com deficiência. A maioria, conhece os meios de comunicação utilizados com deficiente auditivo e visual, bem como as tecnologias apropriadas. É relevante o conhecimento dos professores, tanto do ensino básico como superior, sobre a temática em estudo, a fim de que se possam ter mudanças atitudinais, proporcionando e facilitando a inclusão dos alunos com deficiência na escola e na universidade.

Palavra-chave: Pessoa com deficiência. Docentes. Inclusão. Ensino. Acessibilidade.

ABSTRACT: The aim of this study was to describe the knowledge of basic and higher education teachers on the subject of persons with disabilities. Exploratory, descriptive study with quantitative approach, involving 53 teachers of the municipality of Acarape and Redemption, of basic education and higher education, in the months of October and November 2017. Semi-structured questionnaire was applied involving the theme about the person with a disability and, then, the data were analyzed and arranged in tables. 53 teachers, participated in the research of these 38 (71.6%) female, 28 (52.8%) with age range between 31 and 40 years, 36 (67.9%), 45 (85%) with teaching time between 1 and 20 years. Most of the teachers of the higher education institution (78.5%) reported that they never had any disabled student what differs from the basic education. The existence of accessibility in the workplace, was perceived by most teachers and all correct about how should the school environment for the disabled person. Most, knows the media used with hearing-impaired and visual, as well as the appropriate technologies. Relevant knowledge of teachers of basic education both as superior, about the subject under study, so that they can get attitudinal changes, providing and facilitating the inclusion of students with disabilities in high school and in college.

Key words: Person with disabilities. Teachers. Inclusion. Teaching. Accessibility.

¹Graduanda em Enfermagem, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB. Redenção, CE, Brasil. Email: camilasaobento@hotmail.com

² Enfermeira. Doutora em Enfermagem, professora do Curso de Enfermagem – UNILAB. Redenção, CE, Brasil. Email: monalizamariano@unilab.edu.br

Autor correspondente:

Francisca Camila Nogueira Silva

Endereço: Sítio São Bento, CEP: 62.790-000, Redenção-CE, Brasil, Email: camilasaobento@hotmail.com

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	05
2 MATERIAIS E MÉTODOS	10
2.1 Tipo de pesquisa	10
2.2 Local e Período	10
2.3 Público - alvo	10
2.4 Coleta de dados	11
2.5 Instrumento de coleta	11
2.6 Análise dos dados	11
2.7 Aspectos éticos	12
3 RESULTADOS	13
4 DISCUSSÃO	18
5 CONCLUSÃO	21
REFERÊNCIAS	22
APÊNDICE	25
APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	25
APÊNDICE B – Questionário	26

1 INTRODUÇÃO

Atualmente, tem-se discutido muito sobre o tema inclusão relacionado à Pessoa com Deficiência (PcD) em diversos âmbitos da sociedade. Considera-se Pessoa com Deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode impedir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (BRASIL, 2015).

Segundo Organização Mundial da Saúde existem mais de 1 bilhão de pessoas no mundo com algum tipo de deficiência (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2011). No Brasil, segundo o censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2010, há 45,6 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência, sendo 25.800.681 (26,5%) mulheres e 19.805.367 (21,2%) homens. Considerando a população residente no país, 23,9% possui pelo menos uma deficiência (visual, auditiva, motora e mental ou intelectual). A deficiência visual apresentou a maior ocorrência, afetando 18,6% da população brasileira. Em segundo lugar, a deficiência motora, ocorrendo em 7% da população seguidas da deficiência auditiva, em 5,10% e da deficiência mental ou intelectual, em 1,40% (BRASIL, 2012).

Diante dos dados mencionados verifica-se a importância da sociedade está preparada para receber e permitir que esta clientela possa ter acesso aos serviços, espaços e, ainda, esteja incluída em todos os setores da sociedade. Neste pensamento, é importante conhecer o termo acessibilidade. Esta é uma condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida (BRASIL, 2004).

Esta acessibilidade é classificada, de acordo com o ministério da educação, em seis tipos: acessibilidade arquitetônica, atitudinal, comunicacional, metodológica, programática e digital. A arquitetônica que se refere a ações de adequações em todos os espaços físicos da Instituição, visando a garantia de acesso, assistido ou não, da comunidade acadêmica a todas as instalações (rampas, piso tátil, sinalizações em braille, elevador, banheiros adaptados) é uma das classificações abordadas neste estudo. Acessibilidade atitudinal, por sua vez, está relacionada a percepção do outro

sem preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações. Todos os demais tipos de acessibilidade estão relacionados a essa, pois é a atitude da pessoa que impulsiona a remoção de barreiras. Acessibilidade programática ocorre quando se promove processos de sensibilização que envolve a informação, o conhecimento e a aplicação dos dispositivos legais e políticas relacionadas à inclusão e à acessibilidade de estudantes com deficiência na educação (SASSAKI, 2009).

Quando se menciona sobre eliminar barreiras de comunicação enfatiza-se a acessibilidade comunicacional (face a face, língua de sinais LIBRAS), escrita para deficiente auditivo e visual (revista, livro, apostila etc., incluindo textos em Braille, grafia ampliada, uso do computador portátil) e virtual (acessibilidade digital). Na acessibilidade digital há a busca da eliminação de barreiras na comunicação por meio de tecnologias assistivas, englobando equipamentos e programas adequados, de conteúdo e apresentação da informação em formatos alternativos que contribuem para proporcionar ou ampliar habilidades funcionais de pessoas com deficiência (BRASIL, 2016).

Há ainda a acessibilidade referente as metodologias pedagógicas e de técnicas de estudo que está relacionada diretamente à concepção subjacente à atuação docente: a maneira como os professores concebem conhecimento, aprendizagem, avaliação e inclusão educacional e assim irão determinar, ou não, a remoção das barreiras pedagógicas (BRASIL, 2013).

É possível notar a acessibilidade metodológica nas salas de aula quando os professores promovem processos de diversificação curricular, flexibilização do tempo e utilização de recursos para viabilizar a aprendizagem de estudantes com deficiência, como, por exemplo: pranchas de comunicação, texto impresso e ampliado, softwares ampliadores de comunicação alternativa, leitores de tela, entre outros recursos (BRASIL, 2013).

Dentre estes tipos de acessibilidades citados acima, destaca-se, neste estudo a acessibilidade pedagógica e atitudinal, pois estas interferem diretamente na aprendizagem e processo de formação das PcD. Essa formação começa na escola desde o primário, passando pelo ensino fundamental e médio, os quais preparam o aluno para o ensino superior.

A acessibilidade na escola é de grande importância para o aprendizado e o desenvolvimento das habilidades das PcD, pois proporcionam condições de ter uma vida social ativa com outras pessoas e novos ambientes.

A relevância da acessibilidade pedagógica nas escolas e universidades justifica-se pelo aumento do número de alunos com deficiência presentes nas escolas regulares. Segundo dados do censo escolar, mais de 698 mil estudantes com deficiência estavam matriculados em classes comuns no ano de 2014, mostrando aumento de 13 % em 2008 para 93% em 2014 nas escolas públicas (BRASIL, 2015).

Dessa forma, é necessário proporcionar o acesso pedagógico e possuir atitude diante dessa clientela. Ainda, permitir aos professores o conhecimento e sensibilização adequada a fim de realizar a inclusão. A inclusão consiste em assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais também da pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania (MATTOS, 2012).

A inclusão na educação é aquela que valoriza qualquer diferença, percebe o aluno como ele é, com seus potenciais e limitação, e aproveita os conhecimentos prévios destes alunos para o aprendizado em sala de aula. Isto reflete na escola, estimulando a criação de práticas, com atitude de comprometimento, transformando o conteúdo e abordando-o de forma crítica, reflexiva e criativa (MATTOS, 2012).

A inclusão educacional considera que cada pessoa é diferente, e que deve ser acolhida, a fim de criar possibilidades educacionais para cada uma, tal como ela é, respeitando suas limitações e potencializando suas possibilidades. A escola, além de possuir acessibilidade pedagógica e atitudinal por parte dos recursos humanos que a compõem, deve eliminar e/ou reduzir as barreiras física/arquitetônica (BENTO et al.,2015).

A Educação Inclusiva desafia educadores, pais, alunos com deficiências e demais profissionais ligados à educação, pois estimula o ensino para todos, adequando-se diante das necessidades de seu alunado, de forma que não só favoreça o ingresso e a permanência destes mas colabore efetivamente para que a aprendizagem se efetive com qualidade, num ambiente escolar regular onde não há diferenças (MENDONÇA, 2013).

A educação inclusiva também desafia a escola a modificar-se de modo a atuar de acordo com as necessidades do alunado, buscando qualidade na educação de todos. Ainda, busca-se a educação de qualidade não apenas para pessoas com deficiência (MARTINS, 2008).

A enfermagem se inclui nesse meio de acessibilidade e inclusão como promotora da saúde tanto física como psicológica, oferece o suporte necessário para o aluno e para a família no processo de adaptação desse na escola, para que o mesmo não se sinta excluído do meio escolar e sim incluído, tornando-se uma pessoa independente e ativa na sociedade.

Por esse motivo temos o Programa saúde na Escola (PSE) que visa à inserção e a união permanente da educação e da saúde, proporcionando melhoria da qualidade de vida da população principalmente dos alunos com deficiência podendo ser um elo forte no sentido de aluno-família-escola (BRASIL, 2009).

O objetivo do PSE é contribuir para a formação integral dos estudantes por meio de ações de promoção, prevenção e atenção à saúde em todos os sentidos, com vistas ao enfrentamento, das vulnerabilidades que comprometem o pleno desenvolvimento de crianças e jovens com deficiência da rede pública de ensino, é uma parceria entre o Ministério da Educação e Ministério da Saúde. (BRASIL, 2009).

As ações de prevenção-promoção-cuidado são importantes para que haja uma melhor qualidade de vida para os indivíduos e principalmente para aqueles que são dependentes para realizar o seu cuidado no caso de algum tipo de deficiência proporcionando sua inclusão, e sua independência. A presença de profissionais da saúde na escola é uma forma de facilitar o acesso e a acessibilidade aos serviços, de atuar em conformidade com os pressupostos da Atenção Primária à Saúde (APS) (SIQUEIRA, 2012). Por isso a presença do enfermeiro no programa é de extrema importância, uma vez que este profissional tem como base o cuidado, principalmente nas dimensões da promoção da saúde e prevenção de doenças.

O PSE tem a participação do enfermeiro que é de extrema relevância, uma vez que esse profissional é fundamental na atenção ao indivíduo. Algumas das ações realizadas pelo enfermeiro é a avaliação clínica e psicossocial, que visa um atendimento no sentido holístico, procurando entender a totalidade do ser, enquanto filho, aluno e paciente, para melhor entender a rotina desse indivíduo. Além de, a inclusão do enfermeiro no cenário escolar com atividades educativas e assistenciais contribui para o fortalecimento da relação entre a saúde e a escola (SILVA et al., 2014).

Para que haja um ensino inclusivo é necessário que o corpo docente e a instituição estejam sensibilizados acerca da temática. Assim, é necessário identificar se professores, profissionais e alunos possuem conhecimento sobre a temática, se

possuem didática adequada para atender a todos os alunos, com ou sem deficiência, se necessitam de capacitação, e ainda a dificuldade de interação professor- aluno com deficiência, alunos- alunos com deficiência, funcionário- alunos com deficiência.

Diante deste contexto, surgiram os seguintes questionamento: Qual o conhecimento dos professores do ensino básico e superior sobre o tema Pessoas com Deficiência, Acessibilidade, inclusão? Os professores estão sensibilizados quanto a acessibilidade pedagógica e atitudinal? Estas respostas são essenciais para proporcionar a inclusão dos alunos com deficiência, tanto no ensino básico como superior, com educação efetiva e de qualidade, além de melhorar relacionamento professor/ funcionários/alunos e alunos com deficiência.

Considerando todos esses aspectos, este estudo objetiva descrever o conhecimento dos professores do ensino básico e superior sobre a temática Pessoa com Deficiência, abordando acessibilidade, inclusão escolar e enfermagem.

2. MATERIAIS E MÉTODO

2.1 Tipo de pesquisa

O estudo foi exploratório e descritivo com abordagem quantitativa. Estudo descritivo é aquele que descreve as características de determinadas populações ou fenômenos e exploratório, pois proporciona visão geral, acerca de determinado fato. As pesquisas exploratórias têm como propósito, proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. Seu planejamento tende a ser bastante flexível, pois considera os mais variados aspectos relativos do fenômeno estudado. Pode-se afirmar que a maioria das pesquisas realizadas com propósitos acadêmicos, pelo menos num primeiro momento, assume o caráter de pesquisa exploratória, pois neste momento é pouco provável que o pesquisador tenha uma definição clara do que irá investigar (GIL, 2010).

A pesquisa quantitativa é um método de pesquisa social que utiliza a quantificação nas modalidades de coleta de informações e no seu tratamento, mediante técnicas estatísticas, tais como percentual, média, desvio-padrão, coeficiente de correlação, análise de regressão, entre outros (MICHEL, 2005).

Essas pesquisas são utilizadas, quando se necessita garantir a precisão dos resultados, evitando distorções de análise de interpretação e possibilitando uma margem de segurança quanto às inferências, ou seja, é projetada para gerar medidas precisas e confiáveis que permitam uma análise estatística. Normalmente implica a construção de inquéritos por questionário, onde são contatadas muitas pessoas. (MICHEL, 2005).

2.2 Local e Período do estudo

O estudo foi realizado em cinco instituições escolares, destas quatro escolas de ensino básico sendo duas municipais e duas estaduais no município de Redenção e uma universidade federal no município de Acarape, todas no estado do Ceará. O período do estudo ocorreu nos meses de outubro e novembro de 2017.

2.3 Público-alvo

Participaram da pesquisa 53 professores. Deste 39 do ensino básico (17 do ensino fundamental e 22 do ensino médio), oriundos de instituições escolares municipais e estaduais, respectivamente. Também participaram 14 professores de uma

Universidade Federal que ministram disciplinas do Curso de Graduação em Enfermagem. Os critérios de inclusão foram: ser professor do ensino fundamental ou médio das referidas escolas e, na instituição de ensino superior, ser professor do curso de enfermagem da Universidade Federal em Acarape. Os critérios de exclusão foram: professores de licença, férias, ou algum tipo de afastamento no período da coleta dos dados.

2.4 Coleta de dados

A coleta de dados ocorreu em três etapas: Na primeira etapa foi realizado contato com as instituições de ensino básico e superior a fim de apresentar a proposta da pesquisa. Após autorização foi agendada o dia e o local para convidar os professores a participarem da pesquisa.

Na segunda etapa o convite foi realizado na instituição de ensino básico por meio de coordenadores e também da pesquisadora, que fez o convite individualmente a cada professor na sala dos professores. No ensino superior o convite foi realizado durante uma reunião de colegiado concomitante ouve a terceira etapa.

Na terceira etapa ocorreu a entrega dos questionários a cada professor do ensino básico, que tiveram o prazo de uma semana para responder e devolver. Já na instituição de ensino superior, os questionários foram entregues no início da reunião de colegiado sendo preenchidos e devolvidos no final da mesma.

2.5 Instrumento de coleta

O instrumento utilizado para coleta de dados foi adaptado de um instrumento avaliado em um estudo anterior (VACONCELOS et al., 2015). O instrumento é um questionário semiestruturado e foi dividido em duas partes. A primeira possui oito perguntas contemplando a idade, sexo, escolaridade, formação, tempo de ensino, curso e disciplina que ministra, caracterizando assim os participantes. Na segunda parte, têm-se perguntas dicotômicas e subjetivas referentes ao tema Pessoa com Deficiência abrangendo os assuntos inclusão, acessibilidade e educação inclusiva, totalizando 26 perguntas. (APÊNDICE B).

2.6 Análise dos dados

Foi realizada a leitura exaustiva dos questionários, e após analisadas, as respostas foram organizadas no programa Excel e Word 2010 de acordo com a

característica das questões. As questões dicotômicas foram colocadas em tabelas para facilitar a visualização dos dados. Posteriormente, os dados subjetivos foram discutidos com a literatura.

2.7 Aspectos éticos

O projeto foi aprovado pelo Comitê de ética da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) com o CAAE nº 65890917.9.0000.5576. Os princípios éticos foram respeitados, de acordo com a resolução 466/2013. Todas as instituições escolares autorizaram a pesquisa e todos os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (APÊNDICE A). Para resguardar o anonimato e privacidade dos sujeitos, os mesmos foram identificados pela letra P, referente a professores, seguido por ordem numérica.

3 RESULTADOS

A Tabela 1, apresenta as variáveis sociodemográficas e a caracterização dos 53 professores que participaram do estudo, referente a idade, escolaridade, formação, curso, tempo e disciplina que ensina.

Tabela 1 – Variáveis sociodemográficas e caracterização dos professores. Acarape e Redenção (CE), Brasil, 2017.

VARIÁVEL	CATEGORIA	n	%
Sexo	Feminino	38	71,6
	Masculino	15	28,3
Idade (anos)	18-20	1	1,8
	21-30	11	20,7
	31-40	28	52,8
	41-50	7	13,2
	51-60	2	3,7
	NR	4	7,5
Escolaridade	Pós-graduação	37	69,8
	Superior Completo	14	26,4
	Superior Incompleto	1	1,8
	Médio	1	1,8
Formação Ensino Básico	Ciências da Natureza	8	20,5
	Linguagens e Códigos	21	53,8
	Ciências Humanas	6	15,3
	Matemática e suas Tecnologias	4	10,2
Ensino Superior	Enfermagem	10	71,4
	Farmácia	3	21,4
	Medicina	1	7,1
Curso que ensina	Fundamental	17	32
	Médio	22	41,5
	Superior	14	26,4
Tempo de Ensino (anos)	< 1	2	3,7
	1-10	27	50,9
	11-20	18	33,9
	21-30	4	7,5
	NR	2	3,7
Disciplina que ensina	Polivalente	10	18,8
	Ciências da Natureza	7	13,2
	Linguagens e Códigos	12	22,6
	Ciências Humanas	6	11,3
	Matemática e suas Tecnologias	4	7,5
	Enfermagem	14	26,4

* NR= Não respondeu / Fonte: próprio autor

Observa-se na Tabela 1 que a maioria dos participantes eram do sexo feminino, idade entre 31-40 anos, pós-graduação, tempo de ensino entre 1-10 anos, formados na área linguagens e códigos e enfermagem, respectivamente no ensino básico de nível médio e superior. Vale ressaltar que uma escola de nível fundamental possui três professores que fazem parte do Atendimento Educacional Especializado (AEE).

A Tabela 2 aborda o conhecimento dos professores acerca dos conceitos de exclusão, inclusão, segregação, integração, acessibilidade e deficiência.

Tabela 2 - Conhecimento dos professores acerca dos conceitos de exclusão, inclusão, segregação, integração, acessibilidade e deficiência. Acarape e Redenção (CE), Brasil, 2017.

QUESTÕES	ENSINO BÁSICO		ENSINO SUPERIOR	
	n	%	n	%
Período da separação na sociedade de pessoas com e sem deficiência				
A	11	28,2	11	78,5
E	26	66,6	3	21,4
NR	2	5,1		
Surdo se comunica por Libras então ele é surdo-mudo				
A	17	43,5	9	64,2
E	20	51,2	5	35,7
NR	2	5,1		
Período em que crianças nasciam com deficiência e eram mortas				
A	24	61,5	11	78,5
E	15	38,4	2	14,2
NR			1	7,1
Termo para indicar o direito de ir e vir de qualquer cidadão				
A	35	89,7	12	85,7
E	4	10,2	2	14,2
NR				
Visão reduzida para longe ou perto				
A	39	100	13	92,8
E			1	7,1
NR				

*A= Acerto; E= Erro; NR= Não respondeu / Fonte: próprio autor

No ensino básico, 34 (87,1%) professores afirmaram ter alunos com deficiência e 05 (12,8%) disseram não ter alunos com deficiência. No ensino superior, 11 (78,5%) professores afirmaram que não ministraram aulas para alunos com deficiência e 3 (21,4%) disseram que sim.

Nota-se na Tabela 2, que os participantes do estudo ao serem questionados sobre o período em que havia a separação na sociedade de pessoas

com e sem deficiência, a maioria do ensino básico errou e do ensino superior acertou e quanto ao período de exclusão quando as crianças nasciam com deficiência e eram mortas, a maioria acertou a questão.

Ainda na Tabela 2, referente ao termo utilizado para indicar o direito de ir e vir de qualquer cidadão e visão reduzida para longe e perto, a maioria acertou quando marcou, respectivamente acessibilidade e baixa visão. Sobre a questão se um paciente que nasce surdo e se comunica por libras representa uma pessoa surdo-mudo praticamente metade dos participantes acertaram.

A Tabela 3, aborda o conhecimento dos professores relacionado a relacionamento, informação e comunicação com Pessoa com Deficiência. Mais da metade, dos participantes, não teve dificuldade de relacionamento com alunos deficientes.

Tabela 3 - Conhecimento dos professores relacionado a relacionamento, informação e comunicação com Pessoa com Deficiência. Acarape e Redenção (CE), Brasil, 2017.

QUESTÕES	ENSINO BÁSICO		ENSINO SUPERIOR	
	n	%	n	%
Dificuldade de relacionamento				
S	14	35,8		
N	24	61,5	14	100
NR	1	2,5		
Recebeu treinamento ou curso sobre a temática				
S	18	46,1	1	7,1
N	21	53,8	13	92,8
NR				
Acha treinamento relevante				
S	30	76,9	14	100
N	5	12,8		
NR	4	10,2		
Comunicação com deficiente auditivo				
A	38	97,4	13	92,8
E			1	7,1
NR	1	2,5		
Comunicação com deficiente visual				
A	38	97,4	14	100
E	1	2,5		
NR				

*A= Acerto; E= Erro; NR= Não respondeu / S= Sim; N= Não / Fonte: próprio autor

Quanto ao treinamento ou curso sobre a temática, mais da metade não recebeu, no entanto a maioria acha relevante um curso ou treinamento sobre

a temática em estudo. E quanto as perguntas envolvendo como é realizada a comunicação de alunos com deficiência auditiva e visual, a quase todos acertaram quando responderam libras e braile, respectivamente (tabela 3).

A Tabela 4, aborda o conhecimento dos professores sobre acessibilidade e tecnologias assistivas. Quanto a adaptação na didática, a maioria dos professores do ensino básico respondeu que realizou modificação nas aulas para alunos deficientes.

Tabela 4 - Conhecimento dos professores sobre acessibilidade e tecnologias assistivas. Acarape e Redenção (CE), Brasil, 2017.

QUESTÕES	ENSINO BÁSICO		ENSINO SUPERIOR	
	n	%	N	%
Precisou adaptar ou modificar sua didática				
S	28	71,7		
N	6	15,3	14	100
NR	5	12,8		
No trabalho existe acessibilidade				
S	30	76,9	8	57,1
N	6	15,3	5	35,7
NR	3	7,6	1	7,1
Rampas como tipo de acessibilidade				
A	37	94,8	12	85,7
E	2	5,1	2	14,2
NR				
Ambiente escolar com acessibilidade				
A	39	100	14	100
E				
NR				
Tecnologias utilizadas para o cego				
A	30	76,9	12	85,7
E	6	15,3	2	14,2
NR	3	7,6		
Recursos para mobilidade dos deficientes físicos				
A	39	100	14	100
E				
NR				
Adaptações de programas para deficientes auditivos				
A	25	64,1	10	71,4
E	13	33,3	4	28,5
NR	1	2,5		
Como o cego pode obter informações				
A	37	94,8	13	92,8
E	1	2,5	1	7,1
NR	1	2,5		
Sinal que permite o cego atravessar a faixa de pedestre				

A	32	82	12	85,7
E	5	12,8	2	14,2
NR	2	5,1		

*A= Acerto; E= Erro; NR= Não respondeu / S= Sim; N= Não / Fonte: próprio autor

Observa-se na Tabela 4, que a acessibilidade no ambiente de trabalho foi percebida pela maioria dos professores e todos acertaram sobre como deve ser o ambiente escolar para a pessoa com deficiência, marcando o item que na escola precisa disponibilizar rampas, elevadores, banheiros, bebedouros acessíveis. A maioria acertou que rampas representa um tipo de acessibilidade e todos os participantes acertaram quando marcaram o item cadeiras de roda, muletas, bengalas, andadores como recursos que facilitam a mobilidade dos deficientes físicos.

E sobre as tecnologias utilizadas para o cego se orientar enquanto anda na rua; sobre como o cego pode obter informações; qual o sinal que permite o cego atravessar a faixa de pedestres com segurança, sem necessitar de ajuda de outras pessoas a maioria acertou as três questões quando marcou bengala, cão-guia, pisos táteis; gravações de áudio, leitor, softwares sintetizadores de voz e sinal sonoro, respectivamente, presente na Tabela 4.

E a maioria acertou quando marcou o item legenda, janela com intérprete de Libras e closed caption como adaptação de programas para oferecer ao deficiente auditivo que ele assista e compreenda-os, presente na Tabela 4.

4 DISCUSSÃO

Neste estudo, observa-se a maior prevalência de professores do sexo feminino e a idade variando de 31-40 anos. A maioria possui pós-graduação, sendo que a maior parte tem formação na área de linguagens e códigos e alguns possuem outras formações. Quanto ao tempo de ensino a maioria variou entre 1-10 anos, e dos professores que responderam ao questionário grande parte é do ensino médio. Sobre as disciplinas que ensinam a maioria educa o ensino básico com linguagens e códigos e no superior ciências biológicas.

Sobre o conceito deficiência, há uma certa relação com limitação no entanto não seria a limitação que caracterizaria a deficiência em si, mas as barreiras impostas pela sociedade que impedem o pleno desenvolvimento das Pessoas com Deficiência (ARAÚJO; FERRAZ, 2010).

Nesse contexto é importante que os(as) professores(as) não somente de Séries Iniciais mas todos tenham o conhecimento sobre a deficiência dos alunos, além do reconhecimento sobre as potencialidades e habilidades que o aluno pode desenvolver e aprimorar nas aulas, independentemente de suas limitações físicas e/ou sensoriais. Isso proporciona educação inclusiva e para se obter a diversidade deve ser a norma e não mais a exceção. É necessário trabalhar no sentido da escola inclusiva em que o professor precisa estar atento à singularidade de cada aluno, promovendo a integração entre todos sem intencionar a tão almejada turma “homogênea” (PALMA; MANTA, 2010).

É para se tornar um espaço escolar acessível, deve-se promover condições de igualdade para todos. As barreiras arquitetônicas são grandes dificuldades que o aluno com deficiência física e visual enfrentam, considerando, ainda, as barreiras atitudinais e sociais que as pessoas com deficiência em geral enfrentam perante a sociedade (SASSAKI, 2009).

Em questão de relacionamento, família e escola compartilham funções relacionadas à educação e as funções sociais e políticas. Emergem como duas instituições fundamentais para desencadear os processos evolutivos dos cidadãos, as quais atuam como inibidoras ou propulsoras de seu crescimento intelectual, físico, social emocional e psicológico. Na família, fomenta-se o processo de socialização, proteção e desenvolvimento no plano afetivo, social e cognitivo. Ambas, família e escola, dependem uma da outra na tentativa de alcançar seus objetivos, possibilitando

um futuro melhor para o filho e educando e, também, para a sociedade em geral (LAZZARETTI; FREITAS, 2016).

Os pais ou responsáveis pelas crianças com deficiências também se tornam, de certa forma, pessoas com necessidades especiais, uma vez que precisam de orientação e acesso aos grupos de apoio, pois são eles que intermediarão a integração e a inclusão de seus filhos entre a escola e a comunidade, em geral as crianças que possuem alguma necessidade educacional especial, ao entrarem para a escola, irão participar de três estruturas da dinâmica escolar: a integração professor-aluno, a interação aluno-aluno e o próprio ambiente de aprendizagem (LAZZARETTI; FREITAS, 2016).

A integração professor-aluno ocorre quando não há preconceito e o professor possibilita o pleno desenvolvimento de seus alunos com necessidades educacionais especiais, a interação aluno-aluno pode demonstrar diferenças interpessoais, preconceitos e dificuldade de aceitar o outro como ele é ou então demonstrar a solidariedade dos alunos ao querer ajudar o outro em suas dificuldades. Por isso é fundamental que os demais alunos recebam orientações sobre a deficiência e as formas de convivência, além de lidar com as diferenças (LAZZARETTI; FREITAS, 2016).

Para isso é necessário instrução para os profissionais, conforme visto nos resultados, a maioria dos professores informaram que não receberam treinamento ou curso de formação sobre a temática, o que muitas vezes pode significar um problema para a atuação com a inclusão escolar, por não saberem fazer uso de recursos diferenciados a fim de possibilitar o desenvolvimento educacional dos alunos (SILVA; CARNEIRO, 2016).

Logo, para o ingresso de uma pessoa que apresenta uma deficiência em sala de aula é necessário que professor esteja bem orientado, sabendo o maior número de informações a respeito à dificuldade apresentada pela criança, adolescente ou adulto, ou seja, suas dificuldades e potencialidades, características de aprendizagem, comportamento, enfim, tudo que possa facilitar o processo de adaptação e aprendizagem (MACHADO; GLAP, 2016).

Portanto, com o aumento de estudantes com deficiência nas escolas, os professores não se sentem preparados para atender academicamente as especificidades que os alunos apresentam, pois muitos desses professores não tiveram ou tiveram de forma deficiente um treinamento adequado para trabalhar com

alunos com algum tipo de deficiência colaborando com o estudo, pois a maioria relatou ser relevante um curso ou treinamento sobre a referida temática (SILVA; CARNEIRO,2016).

No contexto da comunicação com as pessoas portadoras de alguma deficiência, é necessário se trabalhar mais essas formas, para se obter um melhor relacionamento com o aluno, como por exemplo libras para pessoas com deficiência auditiva, braille para pessoas com deficiência visual, buscar novas tecnologias para aperfeiçoar o modo de ensino e assim todos terem um bom aprendizado.

Mudanças precisam ser realizadas pois aluno e professor ficam em um ambiente meio desconfortável, porque os professores não sabem como agir nesta situação de como ensinar pessoas com deficiência. Nesse caso tem que haver uma mudança na didática como no plano de aula em si para que aquele aluno não fique prejudicado em sua aprendizagem assim como os demais ditos normais.

Nesse paradigma, o termo acessibilidade vai além de locomover-se, incluindo acesso à informação, interação social promovendo assim a autonomia da clientela em estudo (LOPES, et al., 2016).

Nesses casos as barreiras devem ser superadas tanto atitudinais como arquitetônicas, para que a inclusão escolar seja realmente efetivada, buscando todas as formas de acessibilidade desde rampas, banheiros e bebedouros acessíveis, pisos táteis, utilização de equipamentos sonoros e tecnologias inovadoras de modo a assegurar e garantir o acesso, ingresso e permanência do aluno com deficiência no ambiente escolar (LOPES, et al., 2016).

Nesse contexto o governo e o município deveriam ser mais efetivos buscando trazer não só treinamentos ou cursos mais também tecnologias que auxiliem esses professores a adquirirem mais confiança ao dar aulas para pessoas com deficiência, contemplando assim suas habilidades didáticas.

Diante do estudo, é necessário que os professores após a sensibilização e empoderamento com a temática venham a desenvolver estratégias de ensino e um ambiente favorável para pessoas com deficiência, adotando uma metodologia de ensino diferenciada para o aluno com deficiência no seu aprendizado acadêmico.

Partindo do pressuposto inicial que seria baseado em entrevista e questionário, tiveram algumas perguntas sem respostas delimitando assim o estudo.

5 CONCLUSÃO

Conclui-se que os professores do ensino básico estão mais familiarizados com a temática em estudo, tendo em vista possuírem alunos com deficiência. Já no ensino superior, os professores relataram que não tiveram alunos com deficiência, observando a diferença no ingresso do mesmo no ensino básico e superior.

Ficou evidente o conhecimento dos professores acerca do ambiente escolar favorável e acessível para o aluno com deficiência, compreendendo os termos inclusão, acessibilidade, bem como o compromisso do professor quanto a necessidade de adaptar e modificar sua didática diante do processo ensino-aprendizagem, assim como os professores relataram a relevância de treinamento ou curso para os professores tanto do ensino básico quanto do ensino superior.

Como limitação deste estudo, foi o quantitativo de participantes e de instituições de ensino, adesão dos professores ao tipo de instrumento de coleta. Na graduação nos quais foram pesquisados somente os professores do curso de enfermagem, que foi realizado por curiosidade em saber do conhecimento dos professores da área da saúde sobre o referido tema, não contemplando assim, os professores de outros cursos por conta do tempo que se tornou inviável, ficando aberto assim para futuras pesquisas neste tema pessoa com deficiência.

É necessário futuras pesquisas com a temática em estudo para ampliar o conhecimento dos professores no tocante da educação inclusiva, bem como promover e possibilitar a participação destes profissionais em cursos de formação, pois é um dos caminhos que podem auxiliá-los, oportunizando trocas de conhecimentos e informações.

REFERENCIAS

- ARAUJO, E. A. B. S.; FERRAZ, F. B. **O conceito de pessoa com deficiência e seu impacto nas ações afirmativas brasileiras no mercado de trabalho.** In: XIX Encontro Nacional do CONPED, Fortaleza, 2010. Disponível em: <<http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/anais/fortaleza/3348.pdf>>. Acesso em: 12 Dez.2016.
- BENTO, T. S; CASTILHOS, G. I. C; SCHOELLER. S. D. et al. Desafios para inclusão da criança com deficiência na escola. **Enferm. Foco.** v. 6 n.(1/4), p. 36-40, 2015. Disponível em: <<http://revista.portalcofen.gov.br/index.php/enfermagem/article/viewFile/574/256>>. Acesso em: 12 dez.2016
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Saúde na escola** / Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2009.
- _____. **Cartilha do Censo 2010 – Pessoas com Deficiência;** Brasília : SDH-PR/SNPD, 2012. Disponível em: <<http://www.portalinclusivo.ce.gov.br/phocadownload/cartilhasdeficiente/cartilha-censo-2010-pessoas-com-deficiencia.pdf>>. Acesso em: 13 dez. 2017.
- _____. Ministério da Educação. **Referenciais de acessibilidade na educação superior e a avaliação in loco do sistema nacional de avaliação da educação superior (SINAES).** Brasília, DF: Ministério da Educação, 2013. Disponível em: <<http://www.ampesc.org.br/arquivos/download/1382550379.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2016.
- _____. **Dados do Censo Escolar indicam aumento de matrícula de alunos com deficiência.** 2015. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/educacao/2015/03/dados-do-censo-escolar-indicam-aumento-de-matriculas-de-alunos-com-deficiencia>> Acesso em: 12 dez. 2016.
- _____. LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).** Brasília, 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm>.
- _____. DECRETO Nº 5.296 DE 2 DE DEZEMBRO DE 2004. **Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000.** Brasília, 2004. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm >. Acesso em: 12 dez. 2016.
- GIL, A.C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa.** 5º ed. São Paulo: Atlas, p. 27-28, 2010.
- LAZZARETTI,B.; FREITAS,A.S.; Família e escola: o processo de inclusão escolar de crianças com deficiências. **Caderno Intersaberes.** v. 5, n.6, p.1-13, jan-dez,

2016. Disponível em:

<<https://www.uninter.com/cadernosuninter/index.php/intersaberes/article/view/376/381>> Acesso em: 13 Dez. 2017

LIMA, U.T.S.; COSTA, A.C.S. Inclusão de uma aluna com deficiência auditiva no curso de enfermagem em uma universidade pública de alagoas. **Revista de Atenção à Saúde**, v. 12, n. 41, jul./set, p.57-64, 2014.

LOPES, S.T.C.; MARTINS, C.F.S.; CHAVES, A.A.S.; TAVARES, A.C.C. Educação profissional e tecnológica: a acessibilidade como garantia de inclusão a alunos com deficiência. **Revista EIXO**. Brasília – DF, v. 5, n. 2, julho-dezembro, 2016.

MACHADO, K.; GLAP, L. **O professor e os desafios no ensino aprendizagem da criança espectro autista**. [Monografia]. Disponível em: <[HTTP://IESSA.EDU.BR/REVISTA/INDEX.PHP/TCC/ARTICLE/VIEW/58](http://iessa.edu.br/revista/index.php/tcc/article/view/58)>. Acesso em: 13 Dez. 2017

MARTINS, Lúcia de Araújo Ramos. **Aspectos históricos da educação de pessoas com deficiência: da marginalização à busca pela educação inclusiva**. Natal: EDUFRRN, 2008.

MATTOS, S.M.N. Inclusão/exclusão escolar e afetividade: repensando o fracasso escolar das crianças de classes populares. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 44, p. 217-233, abr./jun. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n44/n44a14.pdf>> . Acesso em: 12 dez. 2016.

MENDONÇA, A.A.S. Escola inclusiva: barreiras e desafios. **Revista Encontro de Pesquisa em Educação**, Uberaba, v. 1, n.1, p. 4-16, 2013.

MICHEL, Maria Helena. **Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais: um guia prático para acompanhamento da disciplina e elaboração de trabalhos monográficos**. São Paulo: Atlas, 2005.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE diz que mais de 1 bilhão de pessoas no mundo sofrem de algum tipo de deficiência. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/ciencia-e-tecnologia/2011/06/omsdiz-que-mais-de-1-bilhao-de-pessoas-no-mundo-sofrem-de-algum-tipo-de-deficiencia>>. Acesso em: 13 dez. 2017.

PALMA, L.E.; MANTA, S.W.; Educação Física sobre a acessibilidade nos espaços de prática para as aulas. **Educação**, Santa Maria, v. 35, n. 2, p. 303-314, maio/ago. 2010. **Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe, España y Portugal**. Disponível em: <<http://www.ufsm.br/revistaeducacao> HYPERLINK"> . Acesso em: 13 DEZ. 2017

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. **Revista Nacional de Reabilitação** (Reação), São Paulo, Ano XII, mar./abr. 2009, p. 10-16.

SILVA, S.S.; CARNEIRO, R.U.C. Inclusão escolar de alunos público-alvo da educação especial: como se dá o trabalho pedagógico do professor no ensino fundamental i? **RIAAE – Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**. v. 11, n. esp. 2, p.935-955, 2016.

SILVA, K. L. et al. Promoção da Saúde no Programa Saúde na Escola e a Inserção da Enfermagem. **REME - Rev Min Enferm.** jul/set 2014.

SIQUEIRA M. S. et al. **Programa de educação em saúde para estudantes da Escola Estadual Tuiuti. Projeto de Pesquisa para conclusão de curso de especialização.** Porto Alegre, 2012.

VASCONCELOS, F. K. A; PAGLIUCA, L. M. F.; CARVALHO, A. T.; OLIVEIRA M.G; ALMEIDA, P. C. The Learning of Adolescent Students about the Disabled Person Using Board Game. **Open Journal of Nursing**. v. 5, p.173-180, 2015.

APÊNDICE

APÊNDICE A

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, Monaliza Ribeiro Mariano, sou enfermeira e professora do curso de graduação em Enfermagem da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) e estou convidando você para participar da pesquisa intitulada O conhecimento dos professores do ensino básico e superior acerca das pessoas com deficiência que tem o objetivo de descrever o conhecimento dos professores do ensino básico e superior sobre o tema pessoas com deficiência. Por meio deste termo peço sua autorização e contribuição neste trabalho para responder ao questionário que aborda questões referentes à pessoa com deficiência com a finalidade de compreender o conhecimento dos docentes sobre os seguintes aspectos: inclusão da pessoa, acessibilidade, os tipos de deficiência e o conceito. Neste trabalho, não haverá risco direto à sua saúde. Os possíveis riscos referem-se constrangimento no momento do preenchimento do questionário. Entretanto, sua privacidade e manutenção do sigilo/silêncio serão garantidas durante todas as fases da pesquisa, pois não será citado seu nome em nenhum momento e a aplicação do questionário será de forma individual. As informações fornecidas serão de uso exclusivo do estudo, e divulgadas, posteriormente, como resultados de pesquisa. A sua participação é importante para avaliar o conhecimento dos docentes acerca da temática pessoa com deficiência/inclusão/acessibilidade. Caso aceite participar, garanto a plena liberdade de recusar-se a participar ou retirar seu consentimento a qualquer momento, em qualquer fase da pesquisa, sem nenhum prejuízo. E ainda, que sua participação é voluntária e não será oferecido nenhum valor ao(a) senhor(a). Também não haverá nenhum custo por participar da pesquisa. Informo-lhe também que, caso aceite participar deste estudo, o(a) senhor(a) assinará este Termo de Consentimento em duas vias e receberá uma via. O Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), localizado na Avenida da Abolição, 3- Centro, CEP 62.790-000, Redenção, encontra-se disponível para esclarecer dúvidas e/ou reclamações quanto à sua participação no referido estudo por meio do telefone (85) 3332-1414.

Consentimento Pós-Esclarecido

Eu, _____, aceito participar e concordo com tudo o que está explicado, e que por este termo fui devidamente orientado (a) e esclarecido(a) sobre a pesquisa O conhecimento dos professores do ensino básico e superior acerca das pessoas com deficiência e aceito participar da pesquisa.

_____, ____ de _____ de _____.

Assinatura do participante

Eu, _____, RG _____, na qualidade de testemunha, afirmo que o presente termo foi lido e explicado ao sujeito do estudo em minha presença.

Nome do pesquisador

Assinatura

Nome do profissional que aplicou o TCLE

Assinatura

Monaliza Ribeiro Mariano - Telefone: (085) 9 88591385 Endereço: Rodovia CE 060 – km 51; CEP: 62785-000;

APENDICE B:

QUESTIONÁRIO

• **Caracterização dos participantes**

Nome: _____

Idade: _____ Sexo: feminino () masculino ()

Escolaridade: Médio () Superior completo () Superior incompleto () Pós-graduação ()

Qual sua formação: _____

Há quanto tempo ensina (anos): _____

Curso que ensina: _____

Disciplina (s) que ministra: _____

• **Conhecimento sobre Pessoas com Deficiência**

1) O que é uma pessoa com deficiência?

2) Você já teve algum aluno com deficiência? Sim () Não ()

3) Se sim, precisou adaptar ou modificar sua didática, aula, etc? Sim () Não (). Se sim, o que você fez?

4) Teve alguma dificuldade de relacionamento? Sim () Não ()

Se _____ sim, _____ Qual?

5) Para você o que é Acessibilidade?

6) Onde você trabalha acha que existe acessibilidade? Sim () Não () Se sim, especifique que tipo de acessibilidade.

7) Já recebeu algum tipo de treinamento ou curso abordando o tema Pessoa com Deficiência? Sim () Não (). Se sim, onde foi esse treinamento?

8) Acha o treinamento relevante? Sim () Não ().

9) O que é Educação Inclusiva?

10) Você acha o governo e o município compromissados em relação a inclusão nas escolas/Universidade da rede pública de ensino?

11) Como é a relação desses alunos com os demais colegas no ambiente escolar?

12) Como é sua relação com os alunos? E com os familiares desses alunos?

13) Os alunos com deficiência auditiva se comunicam-se através:

a) BRAILLE. b) MÍMICA. c) DRAILLE. d) LIBRAS.

14) Na década de 40, os pais internavam os filhos com deficiência em abrigos ou escolas. Nesse tempo, havia uma separação na sociedade entre pessoas com e sem deficiência. Era o período de:

a) Exclusão. b) Segregação. c) Integração. d) Inclusão.

15) O deficiente visual se comunica através da escrita:

a) DRAILLE. b) BRAILLE. c) LIBRAS. d) Escrita em relevo.

16) Guilherme, que é deficiente físico, sente-se feliz, pois consegue ir a qualquer lugar da escola, já que ela tem rampas por todos os lados. O jovem vive a era da:

a) Exclusão social. b) Segregação social. c) Inclusão social. d) Integração social.

17) Janaína é amiga de Adriano que nasceu surdo e se comunicar por Libras. Perguntaram à garota se seu amigo era surdo-mudo, Janaína ficou em dúvida. Marque a alternativa que contém a resposta correta:

a) Não é surdo-mudo, ele não fala porque não recebeu treinamento para isso.

b) Adriano é surdo-mudo, pois todos os surdos são mudos.

c) Ele não é surdo-mudo, pois não existe nenhuma forma de um surdo aprender a falar.

d) Adriano é surdo-mudo, pois a maioria dos surdos são mudos.

18) Quais as tecnologias utilizadas para o cego se orientar enquanto anda na rua?

a) Bengala, cão-guia, pisos táteis.

b) Pisos lisos, pisos táteis, bengala.

c) Cão-guia, gravações em áudio, sinais sonoros.

d) Bengala, cão-guia, pisos lisos.

19) Ao ler um livro de história sobre o mundo antigo, Lucas ficou impressionado ao saber como eram tratadas as crianças que nasciam com alguma deficiência: eram em sua maioria mortas. De qual período estamos falando?

a) Exclusão. b) Segregação. c) Integração. d) Inclusão

20) João tem dificuldade de enxergar de longe e Maria, de perto. A visão de ambos é:

a) Cegueira b) Baixa visão c) Baixa percepção d) Baixa imagem

21) As pessoas com deficiência física enfrentam dificuldades para ir à escola, andar de ônibus, frequentar restaurantes, dentre outros. Qual o termo utilizado para indicar o direito de ir e vir de qualquer cidadão?

a) Segregação. b) Exclusão. c) Acessibilidade. d) Justiça.

22) Quais os recursos que facilitam a mobilidade dos deficientes físicos?

a) Cadeiras de rodas, muletas, bengalas, andadores.

b) LIBRAS, muletas, andadores.

c) BRAILE, cadeiras de roda.

d) LIBRAS, BRAILE, muletas.

23) Como deve ser o ambiente escolar para a acessibilidade da pessoa com deficiência?

a) Na escola não é necessário presença de professores especializados ao atendimento educacional.

b) A escola não precisa disponibilizar cadeiras de rodas.

c) A escola precisa disponibilizar rampas, elevadores, banheiros, bebedouros acessíveis.

d) A escola não precisa oferecer salas de AEE (atendimento educacional especializado).

24) Junior tem deficiência auditiva e gosta de assistir programas de TV. Quais são as adaptações que os programas oferecem para que ele assista e os compreenda inteiramente?

a) Legenda.

b) Closed caption.

c) Janela com intérprete de Libras.

d) Todas as alternativas estão certas.

25) Diga qual a alternativa correta sobre como o cego pode obter informações:

a) Gravações em áudio (livro falado).

b) Utilização de leitor (pessoa que lê para o cego).

c) Softwares sintetizadores de voz.

d) Todas as opções acima estão corretas.

26) Qual o sinal que permite o cego atravessar a faixa de pedestres com segurança, sem necessitar de ajuda de outras pessoas?

a) Sinal sonoro. b) Sinal audível. c) Sinal de alerta. d) Sinal de pedestres.